

**TJDFT**Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos TerritóriosCMI_100050
Comissão Multidisciplinar de Inclusão do TJDFT

ATA DA REUNIÃO

DATA: 31/7/2025	
------------------------	--

1- IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO: 1ª Reunião da Comissão Multidisciplinar de Inclusão (CMI) de 2025.

HORA INÍCIO: 14h00	HORA TÉRMINO: 15h
---------------------------	--------------------------

2- FERRAMENTA UTILIZADA: Plataforma *TEAMS*

3- PARTICIPANTES

N.	Nome	Unidade
1	Dr. Luís Carlos Miranda	Magistrado Presidente da CMI
2	Vanessa dos Santos Fonseca	Assessora da CMI e Supervisora do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - NUICS
3	Patrícia Rodrigues de Sousa	Secretariado da Comissão - NUICS
4	Ryan Martins Dias Rangel	Coordenador de Projetos e Gestão de Contratos e Obras - COOB
5	Vinicius Mariano Aguiar	Representante da Secretaria de Saúde - SESA
6	Marcella Monteiro Bittencourt	Coordenadora de Planejamento e Promoção da Saúde - COPLAS
7	Clara Coelho Barradas dos Santos	Coordenadora de Gestão Estratégica e Sustentabilidade - COGES
8	Andreia Oliveira de Siqueira	Suplente da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Sustentabilidade - COGES
9	Marília Barbosa de Barcelos	Secretária da Ouvidoria-Geral - SEOVG
10	Alexandre Correia de Aquino	Secretário-Geral da Corregedoria - SGC
11	Luiz Fernando Sirotheau Serique Junior	Secretário de Tecnologia da Informação - SET
12	Luana Pimenta De Andrada	Secretária da Escola de Formação Judiciária - SEEF
13	Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira	Secretária de Gestão de Pessoas - SEGP
14	Vicente Junqueira Moragas	Suplente da Supervisora do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade
15	Adriana Almeida Camilo	Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - NUICS
16	Enio Gonçalves de Almeida	Coordenadoria de Policiamento - COPOL (convidado)
17	Isabela Brito	Secretaria de Contratações e Gestão de Materiais - SEMA (convidada)
18	Isabella Cristina da Costa Mejia	Assessoria do Cerimonial da Presidência - ACP (Convidada)
19	Laerto Wesley Oliveira de Faria	Núcleo de Registro e Controle de Acesso - NURCA (convidado)
20	Julião Ambrósio de Aquino	Gabinete da 2ª Vice-Presidência (convidado)
21	Victor Abreu da Silva	Secretário de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica - SEPG (convidado)

4- PAUTA

1.	Apresentação do Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão do TJDFT – Ciclo 2025/2026.
2.	Apresentação de proposta de realização dos grupos de afinidades (pessoas negras e indígenas e pessoas com deficiência) – Ciclo 2025/2026
3.	Participação do TJDFT no 2º Prêmio de Equidade Racial do Poder Judiciário
4.	Deliberações gerais

5- ASSUNTOS TRATADOS

Nº	Descrição
1.	O Dr. Luís Carlos de Miranda, Juiz de Direito e Presidente da CMI, abriu a reunião dando as boas-vindas a todos(as), agradeceu as presenças e anunciou o primeiro item da pauta do dia
2.	O Presidente apresentou o Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão do TJDFT – 2025/2026. Agradeceu às unidades que participaram da construção e destacou o marco que representa a elaboração do Plano para o TJDFT. Ele lembrou o início dos trabalhos, com o Encontro realizado em maio de 2025, que contou com a colaboração de cerca de 35 (trinta e cinco) gestores. As propostas feitas naquele momento foram validadas e deram origem ao Plano. Por fim, o Presidente da CMI, Dr. Luís Carlos de Miranda, agradeceu à SEPG, especialmente ao Núcleo de Apoio à Governança – NUGOV, e ao Laboratório de Inovação Aurora – AURORALAB, unidades que prestaram apoio técnico à construção coletiva do Plano.
3.	Vanessa Fonseca (NUICS) destacou a construção coletiva com a participação das diversas unidades e ressaltou que o Plano é resultado desse trabalho conjunto. Enfatizou que as ações de inclusão já vinham sendo realizadas pelas unidades muito antes da publicação do Plano e que, a partir de sua publicação, o NUICS fará um trabalho de suporte às unidades.
4.	Alexandre de Aquino (SGC) questionou se o Plano já estava público. Vanessa Fonseca informou que será divulgado futuramente, mas recomendou que as unidades revisassem o documento e sugerissem eventuais alterações
5.	Victor Abreu (SEPG) agradeceu a participação de todos, pontuou o envolvimento do Laboratório Aurora e o novo formato de elaboração do Plano, conforme debatido entre as unidades. Ressaltou a importância da temática, evidenciada pela ampla aceitação dos convites para o início dos trabalhos. Apontou que o Plano é dinâmico e pode ser modificado ao longo da execução. Reforçou que, apesar de estar formalizado, trata-se de um plano vivo, capaz de aprimorar o processo de inclusão no Tribunal.
6.	Dr. Luís passou ao segundo tópico da reunião: a proposta de continuidade dos grupos de afinidade para pessoas com deficiência e para pessoas negras e indígenas. O chamamento seria feito pela CMI, com o objetivo de impulsionar e subsidiar futuros Planos de Inclusão. Destacou a importância dos grupos de afinidade, que permitem o surgimento de ideias práticas voltadas às pessoas com deficiência.
7.	Vanessa Fonseca reforçou a proposta de que os grupos de afinidade tenham como unidade impulsionadora a CMI, destacando que essa iniciativa está amparada nas atribuições da Comissão, que exerce papel estratégico na coordenação de ações voltadas às pessoas com deficiência e à equidade racial. Lembrou que o Plano de Inclusão apresentado já contempla ideias oriundas do grupo de afinidade com pessoas com deficiência realizado em 2024. A proposta é que a CMI valide a realização de novos grupos, agora como ação sugerida e aprovada pela Comissão.
8.	Dr. Luís, então, iniciou a votação da proposta de realização de novos ciclos dos Grupos de Afinidade para pessoas negras e indígenas e para pessoas com deficiência, nos anos de 2025 e 2026. A proposta foi aprovada por unanimidade.
9.	Com a aprovação, Vanessa Fonseca informou que haverá um treinamento conjunto entre o NUICS e a SEGP, em agosto de 2025, conduzido por Adriana Camilo, lotada no NUICS, com o objetivo de capacitar novos facilitadores dos grupos de afinidades, incluindo os grupos de afinidade do Programa Intergeracional, que serão conduzidos pela SEGP.
10.	Vanessa Fonseca destacou as pessoas que participaram dos grupos de afinidade e atribuiu à Adriana Camilo a excelência na elaboração do relatório, bem como o protagonismo na condução desses grupos. Ressaltou que se trata de uma ação inovadora, considerada uma boa prática, inclusive pelo seu ineditismo no Judiciário brasileiro
11.	O terceiro tópico tratou do 2º Prêmio de Igualdade Racial. O Dr. Luís informou que a SEPG já enviou ao CNJ os dados sobre o desempenho do TJDFT em relação à equidade racial. A proposta é ampliar as ações do Tribunal nesse campo e no combate ao racismo. Lembrou que o Prêmio de Equidade Racial contribui para o Prêmio CNJ de Qualidade, além de destacar a relevância do tema, debatido nacionalmente. O Dr. Luís comunicou a todos que o NUICS enviará uma proposta com os tópicos do Prêmio de Equidade Racial, para auxiliar as unidades no atendimento aos critérios.

12.	Victor Abreu (SEPG) enfatizou que o IPER foi pontuado pela primeira vez para o Prêmio CNJ de Qualidade. Ressaltou que várias unidades do TJDFT estão mobilizadas com objetivo de atender aos critérios do IPER. Apontou que o IPER foi incluído como elemento do Prêmio CNJ sem um edital específico para regulamentação. Quando o edital foi publicado, o prazo para levantamento das informações mostrou-se exíguo, o que reforça a importância de antecipar o tema nas reuniões da CMI. Recomendou aos membros que revisem o regulamento para esclarecer dúvidas e antecipar o levantamento de dados.
	Vanessa Fonseca (NUICS) observou que o ciclo (do IPER) teve início em julho de 2025 e se estenderá até junho 2026, sendo este o momento ideal para compreender os indicadores. O Dr. Luís reforçou a importância de entender desde já os indicadores do CNJ para realizar o trabalho com maior tranquilidade.
13.	O Dr. Luís abriu espaço para pautas diversas. Luana de Andrada (SEEF) informou que a EjuDFT já iniciou o levantamento de necessidades para o planejamento de ações de 2026 e que o Plano de Ação de Acessibilidade será um dos insumos principais. Destacou ainda que, em breve, a Escola provocará uma reunião com algumas áreas que compõem a CMI, para planejar as ações e atender aos indicadores do próximo ano.
14.	Luiz Fernando Sirotheau (SETI) informou que a SETI já está próxima de concluir um dos itens do Plano de Ações: a entrega de monitores de 34 polegadas para os servidores PCs. Apontou que a SETI costuma priorizar os servidores PCs em seus atendimentos. Enfatizou que está em processo a aquisição de novos monitores, agora de 28 polegadas, que serão destinados a todos os servidores do TJDFT, pois se busca melhorar a qualidade de vida de todos os servidores, evitando que venham a forçar a visão.
15.	Logo após, André Carvalho (SRI) comentou sobre a aquisição de um software pelas Turmas Criminais para degravar audiências, que poderá ser utilizado por pessoas com deficiência. Luiz Sirotheau confirmou a compra e informou que haverá uma versão desmembrada para uso geral, mesmo fora da área judiciária, a ser futuramente disponibilizada no Teams. Segundo Sirotheau, a degravação é diferente da transcrição feita pelo Teams, pois a degravação é bem fiel ao que foi narrado na gravação ou no áudio e ainda pode ser processada, depois, pelo copilot para gerar resumos. Essa solução, inicialmente, seria destinada apenas ao NAC, mas agora será disponibilizada a todos os servidores e magistrados no Teams. Luiz Sirotheau informou que no NAC serão dois sistemas: uma para as mídias lançadas pela forças policiais nos processos e outra, dentro do PJe, para as demais gravações. Essa última será disponibilizada para uso geral. Assim, toda mídia lançada dentro do PJe será feita a degravação. Alexandre de Aquino aproveitou para esclarecer que essa solução surgiu diante da necessidade de degravar os depoimentos policiais que atualmente vem, em maioria, em formato de vídeo
16.	Dr. Luís passou a palavra para Vicente Junqueira (NUICS), que falou sobre o novo formulário para solicitação de tecnologia assistiva, informando como esse melhorará a solicitação de tecnologias, uma vez que estará sempre disponível para preenchimento. Também levantou o debate sobre a importância das tecnologias assistivas ficarem nas matrículas dos servidores, pois quando há mudanças nas unidades a acessibilidade concedida, que é um instrumento importante para potencialidade do servidor PcD, acaba sendo destinada a outras pessoas. Segundo Vicente Moragas, na época da pandemia, as tecnologias foram atribuídas às cargas pessoais dos servidores, mas, com o retorno dos servidores ao trabalho presencial há tecnologias que estão nas cargas das unidades, mas deveriam estar vinculadas às matrículas dos servidores. Por fim, agradeceu ao auxílio da SETI para o atendimento aos pedidos de monitores e a SESA pelos estudos ergonômicos.
17.	Marília de Barcelos (SEOVG) apresentou a todos as melhorias de acessibilidade realizadas pela Ouvidoria do TJDFT, como o lançamento de um formulário de atendimento, no qual é possível que a pessoa PcD faça o agendamento eletrônico de atendimento presencial, com indicação de necessidades específicas. Além do público PcD, o formulário atenderá também às demandas das pessoas idosas. Apontou que em breve a Ouvidoria terá uma sala no térreo, conforme recomendação do CNJ.
18.	Clara Barradas (COGES) destacou a representatividade da CMI para tratar das ações que o Tribunal realiza no campo da dimensão social da sustentabilidade, visto que essa engloba vários dos temas sob responsabilidade da Comissão. Também enfatizou a importância de desenvolver a igualdade substancial – material - de acesso a oportunidades dentro e fora da instituição, não apenas a formal, por isso o Plano de Ação contribui para a eliminação de barreiras ao acesso a princípios constitucionais, como a dignidade.
19.	Adriana Camilo (NUICS), solicitou que fosse dado prioridade no sistema de degravação aos servidores com deficiência visual porque o PJe é considerado um dos portais do TJDFT com maior dificuldade de acessibilidade. Nesse momento, Luiz Sirotheau (SETI) apontou que no Plano de Ações há previsão de se revisar os sistemas do TJ.
20.	O Dr. Luís, Presidente da CMI, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15h

6 - ENCAMINHAMENTOS

N	Descrição
1	Encaminhamento da ata da reunião para assinatura dos participante
2	

Observação: A presente ata foi encaminhada para validação de todos os participantes da reunião, por e-mail, e segue assinada pelo Presidente da Comissão e pela equipe assessoria técnica e administrativa.

Elaboração: Patrícia Rodrigues de Sousa (Secretariado da Comissão)
Revisão: Vanessa Santos Fonseca



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos de Miranda, Presidente de Comissão**, em 24/10/2025, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Santos Fonseca, Membro da Comissão**, em 24/10/2025, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Rodrigues de Sousa, Técnico Judiciário**, em 24/10/2025, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4590183** e o código CRC **97C0DEB8**.